

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.488.162 - MG (2019/0120417-2)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **MESSIAS JOSÉ DO LAGO**
ADVOGADOS : **LUIZ GUILHERME MARQUES MORETI E OUTRO(S) - SP345825**
: **LAILA NADER MENDES MASSA - MG144429N**
AGRAVADO : **BANCO DO BRASIL SA**
ADVOGADO : **RAFAEL SGANZERLA DURAND E OUTRO(S) - MG131512N**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS MORAIS. CONDENAÇÃO A QUANTIA MENOR DO QUE A PLEITEADA NA INICIAL. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA NÃO CONFIGURADA. SÚMULA 326/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por Messias José do Lago contra decisão que não admitiu o processamento do apelo extremo.

Infere-se dos autos que a Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais deu parcial provimento ao recurso do ora agravado, conforme ementa abaixo colacionada (e-STJ, fl. 601):

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO ORDINÁRIA – DANO MORAL – QUANTUM INDENIZATÓRIO – CORREÇÃO MONETÁRIA – TERMO INICIAL – ARBITRAMENTO. Na fixação da reparação por dano moral, incumbe ao julgador, ponderando as condições do ofensor, do ofendido, do bem jurídico lesado e aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, arbitrar o valor da indenização que seja suficiente a recomposição dos prejuízos, sem importar enriquecimento sem causa da parte. A atualização do valor arbitrado a título de indenização por danos morais se dará a partir da data do seu arbitramento, consoante dispõe a Súmula n. 362/STJ.

Opostos aclaratórios, estes foram rejeitados.

Nas razões do apelo especial, o recorrente indicou divergência jurisprudencial e violação ao art. 86, parágrafo único, do CPC/2015.

Afirmou que não teria sucumbido, ou, no máximo, teria decaído minimamente do pedido, considerando que sagrou-se vencedor no pleito principal e no de fixação de danos morais, embora, neste caso, em quantia menor do que aquela inicialmente pleiteada.

Asseverou que o insurgido não teria pugnado, nas razões de apelação, pela inversão ou redistribuição dos ônus sucumbenciais.

Requeru a concessão de efeito suspensivo.

O processamento do apelo especial não foi admitido pela Corte local, indeferindo-se, na mesma oportunidade, a concessão de efeito suspensivo.

O insurgente então interpôs o presente agravo, por meio do qual contesta a aplicação dos óbices apontados na decisão de admissibilidade.

Brevemente relatado, decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo à análise do recurso especial.

De início, impende esclarecer que a condenação nas verbas de sucumbência decorre do fato objetivo da derrota no processo, cabendo ao juiz condenar, de ofício, a parte vencida, independentemente de provocação expressa da parte contrária, porquanto trata-se de pedido implícito, cujo exame decorre da lei processual civil.

Ilustrativamente:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973. INEXISTÊNCIA. CONSECUTÓRIO LEGAL. NÃO CONFIGURAÇÃO DE REFORMATIO IN PEJUS OU JULGAMENTO EXTRA PETITA. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DO STJ.

(...)

2. O STJ possui o entendimento de que a matéria relativa à verba honorária constitui pedido implícito, ou seja, cognoscível *ex officio* pelo órgão *ad quem*. Desse modo, quando a parte recorre quanto ao principal, este abrange também os consectários legais, entre eles os ônus sucumbenciais.

3. Recurso Especial não provido.

(REsp 1721244/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 02/08/2018)

No presente caso, verifica-se que o Tribunal de origem deu parcial provimento à apelação do ora recorrido para reduzir o montante fixado a título de danos morais, redistribuindo, na oportunidade, os ônus de sucumbência.

Ocorre que, ao contrário do que decidiu a instância ordinária, a jurisprudência desta Corte Superior, cristalizada no enunciado n. 326 da Súmula do STJ, é no sentido de que não ocorre sucumbência recíproca na hipótese em que a condenação aos danos morais é fixada em montante inferior ao postulado na inicial.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DIVULGAÇÃO DE RESULTADO ERRADO DE EXAME DE HIV. DANOS MORAIS E PATRIMONIAIS. REPETIÇÃO DA PROVA PERICIAL. DESNECESSIDADE. JUÍZO DESTINATÁRIO DA PROVA. SÚMULA 07/STJ. REDIMENSIONAMENTO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. A REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO PELO TRIBUNAL NÃO REPRESENTA DECAIMENTO DO PEDIDO. SÚMULA 326/STJ. SUCUMBÊNCIA MANTIDA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E O PARADIGMA APONTADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(AgRg nos EDcl no REsp 1373760/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/09/2015, DJe 23/09/2015)

Diante do exposto, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial a fim de afastar a condenação do ora insurgente ao pagamento de ônus sucumbenciais.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator